CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0702/78

INTERESSADO: ELIZEU ZANELATTO

ASSUNTO : Consulta sobre freqüência de aulas em dependência na Es-

cola de Engenharia de Piracicaba.

RELATOR : Cons. EURÍPEDES MALAVOLTA

PARECER CEE N°763/78 - CTG - Aprovado em 22/06/78

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

1.1 - O Sr. Elizeu Zanelatto, aluno matriculado no 5º e
último ano da Escola de Engenharia de Piracicaba (EEPG) foi promovido para esse período reprovado em duas disciplinas:

Mecânica dos Solos e Fundações e

Arquitetura

na primeira, fora reprovado "por nota" e, na segunda, "por faltas".

- 1.2 De acordo com entendimento da Escola, não pode ser dispensado da freqüência às aulas de Arquitetura (4º ano) que, por outro lado, e impossibilitado de acompanhar por conflito de horário com as disciplinas do 5º ano.
- 1.3 A reprovação por faltas em Arquitetura foi devida à enfermidade (gripe) - o que, entretanto, não foi considerado pela Escola para compensação de faltas, "pois não se tratava de doença / grave ou contagiosa".
- 1.4 Com essas faltas adicionais, em número de 2(duas),
 o interessado não atingiu o limite de 75%, fixado no regimento, sendo sua freqüência de 73%.
- 1.5 Segundo documento assinado pelo docente da disciplina, o estudante:

"realizou no ano letivo de 1977 todos os trabalhos "(...)" solicitados, obtendo notas que o classificam como aluno de aproveitamento médio em relação à classe ; "(...)" sempre teve uma participação ativa no desenvolvimento do curso".

1.6 - Em vista do 1.2, o interessado não poderá concluir o seu curso no corrente ano, pelo que, depois de tentar resolver a situação junto à Escola a não conseguindo o amparo dos dispositivos regimentais, decidiu recorrer ao CEE pedindo uma solução para a dificuldade.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

- 2.1.0 regimento da Escola de Engenharia de Piracicaba (EEP) contém dispositivos que exigem um mínima de freqüência às aulas igual a 75%.
- 2.2. Um conflito eventual de horários, como acontece no presente caso, impede seja satisfeita a exigência de freqüência às aulas.
- 2.3. Na tentativa de solucionar o impasse, a Direção da Escola de Engenharia de Piracicaba concordou com a formação de uma turma em horário especial, solução que, entretanto, não surtiu efeito, devido aos transtornos criados junto à Administração da Escola.
- 2.4. Obedecendo ao próprio Regimento da Escola de Engenharia de Piracicaba, sua Direção não encontrou solução para o caso em questão.
- 2.5. E, na premissa de respeito às mesmas disposições, não vejo como atender de modo favorável ao solicitado - o simples raciocínio de que 73% está muito perto dos 75% da freqüência exigida implicaria em termo quantitativo um problema que é de outra índole, criando uma tura que poderia ser perigosa mesmo no terreno da casuística.
- 2.6. O Regimento da Escola de Engenharia de Piracicaba não contém dispositivos como os existentes no ensino de 1º e 2º graus ex vi Deliberação CEE nº 10/78 em que se admite um piso mais baixo de quência desde que haja uma compensação no aproveitamento escolar maior.
- 2.7. Em vista do exposto, não se encontra na Lei possibilidade de tender a solicitação na forma proposta com os elementos apresentados e, principalmente, tendo em vista o Decreto-Lei nº 1044/65 examinado no Parecer CEE nº 371/71,da lavra do nobre Conselheiro Alpínolo pes Casali.

II- CONCLUSÃO

Sugiro que seja respondida a consulta nos termos deste parecer.

São Paulo, 31 de maio de 1978

Cons. Eurípedes Malavolta - Relator

III- DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau adota como seu parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros; Alpínolo Lopes Casali, Celso Volpe, Dalva Assumpção Soutto Mayor, Eurípedes Malavolta, Henrique Gamba e Paulo Gomes Romeo.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 08/06/78

Cons. Paulo Gomes Romeo - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 22 de junho de 1.978

a) Cons. RENATO ALBERTO T. DI DIO - Vice-Presidente, no exercício da Presidência.